

# Cemig PCH S.A.

**Demonstrações Financeiras**  
**31 de dezembro de 2024**  
**com Relatório do Auditor Independente**

## SUMÁRIO

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024.....	3
BALANÇOS PATRIMONIAIS.....	9
DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS.....	11
DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES.....	12
DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO.....	13
DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA.....	14
NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	15
1. CONTEXTO OPERACIONAL.....	15
2. BASE DE PREPARAÇÃO.....	15
3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA.....	19
4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS.....	20
5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS.....	20
6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS.....	21
7. IMOBILIZADO.....	21
8. INTANGÍVEL.....	23
9. FORNECEDORES.....	25
10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES.....	25
11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS.....	25
12. RECEITA LÍQUIDA.....	27
13. CUSTOS E DESPESAS.....	28
14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS.....	29
15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL.....	30
16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS.....	32
17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS.....	34
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras.....	39
PARECER DO CONSELHO FISCAL.....	42

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO 2024

Senhores Acionistas,

A Cemig PCH S.A. (“Companhia”) submete à apreciação de V.Sas. o Relatório da Administração em conjunto com as Demonstrações Financeiras e o relatório dos Auditores Independentes referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

### COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

O Capital Social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$6.000 mil, representado por 6.000.000 (seis milhões) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

### AMBIENTE REGULATÓRIO

No ano de 2024, a hidrologia verificada voltou a ficar próxima das piores já observadas na história, considerando o período entre 1931 e 2024. A Energia Natural Afluyente (ENA) ficou em 76% da média de longo termo (MLT) no Sistema Interligado Nacional (SIN), sendo que os submercados Sudeste (69% MLT), Nordeste (57% MLT) e Norte (67% MLT) foram os mais impactados. A região Sul apresentou uma hidrologia elevada, de 133% MLT, oriunda do efeito do fenômeno EL Niño durante o primeiro semestre de 2024. Apesar do cenário hidrológico bastante adverso, o armazenamento se manteve ao longo do ano em um patamar elevado frente aos últimos anos de baixa hidrologia. No final do período úmido (abril) o armazenamento estava em 75% no SIN, junto ao grupo de anos de maior armazenamento. No ponto mais baixo o armazenamento não ultrapassou 44%. Esse efeito ocorre pela sobre-oferta de energia do sistema e as restrições hidráulicas estabelecidas pelo ONS/ANA. O PLD (Preço da Liquidação das Diferenças) de 2024 teve dois momentos distintos. No primeiro semestre os PLDs ficaram próximos ao mínimo regulatório (R\$61,07/MWh), já no segundo semestre, apesar do bom armazenamento, os preços apresentaram forte elevação dado a baixa hidrologia verificada e chegaram a R\$480/MWh em outubro. O GSF (Generation Scaling Factor) médio do ano ficou em 0,87, sendo o maior verificado em abril (1,04) e o menor em setembro (0,73).

#### **Taxa Regulatória de Remuneração do Capital (WACC)**

Em 23 de abril de 2024, a Aneel publicou a atualização dos valores das Taxas Regulatórias de Remuneração do Capital (WACC) de geração, aplicadas aos processos instruídos de março de 2024 a fevereiro de 2025. O WACC (real, depois de impostos) aplicado às usinas cotistas foi de 7,56% (7,26% em 2023).

Em 27 de março de 2025, foi publicado pela ANEEL o WACC de 7,91%, vigente no período de março de 2025 a fevereiro de 2026 para o segmento de geração.

**Resultado do Exercício**

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 26.649 mil em 2024, em comparação a R\$ 14.973 mil em 2023. A variação deve-se, principalmente, ao aumento das receitas da Companhia.

**Receita Operacional**

A receita de fornecimento bruto de energia elétrica foi de R\$ 38.278 mil em 2024 em comparação a R\$28.281 mil em 2023. A variação se deve, principalmente, ao aumento na receita de Suprimento Comercial.

**Custos e Despesas**

Os custos e despesas operacionais foram de R\$ 13.412 mil em 2024, comparado a R\$11.706 mil em 2023. Essa variação deve-se, principalmente, ao aumento dos custos com energia elétrica comprada para revenda.

**Imposto de Renda e Contribuição Social**

Em 2024, a Companhia apurou o montante de R\$ 1.043 mil referente a imposto de renda e contribuição social correntes e diferidos a restituir. Comparativamente, em 2023, a Companhia apurou o montante de R\$ 5.504 mil referente a despesas com imposto de renda e contribuição social, representando 26,88% em relação ao Resultado de R\$ 20.477 mil antes dos efeitos fiscais.

**Lucro antes dos juros, impostos, depreciação e amortização - LAJIDA**

O LAJIDA é utilizado pela Administração como medida de eficiência da atividade operacional e representa a capacidade potencial de geração de caixa da Companhia através de suas atividades operacionais.

Em 2024, o LAJIDA foi de R\$ 27.649 mil (R\$ 20.146 mil em 2023) e a margem do LAJIDA foi de 96,38 % no mesmo período (75,32% em 2023), conforme demonstrado a seguir:

R\$ mil	2024	2023	Var. %
<b>Resultado Líquido</b>	<b>26.649</b>	<b>14.973</b>	77,98
Despesa de IR e CS	(1.043)	5.504	-
Depreciação/Amortização	4.302	5.113	(15,86)
Resultado Financeiro	(2.259)	(5.444)	(58,50)
<b>LAJIDA</b>	<b>27.649</b>	<b>20.146</b>	<b>37,24</b>

Lajida é uma medição de natureza não contábil elaborada pela Companhia, conciliada com suas demonstrações financeiras consolidadas, observando as disposições do Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 01/2007 e da Resolução CVM nº 156, de 23 de junho de 2022, consistindo no lucro líquido, ajustado pelos efeitos do resultado financeiro líquido, da depreciação e amortização e do imposto de renda e contribuição social. O Lajida não é uma medida reconhecida pelas Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, não possui um significado padrão e pode não ser comparável a medidas com títulos semelhantes fornecidos por outras companhias. A Emissora divulga Lajida porque a utiliza para medir o seu desempenho. O Lajida não deve ser considerado isoladamente ou como um substituto de lucro líquido ou lucro operacional, como um indicador de desempenho operacional ou fluxo de caixa ou para medir a liquidez ou a capacidade de pagamento da dívida.

## PROPOSTA DE DESTINAÇÃO DO RESULTADO

### Destinação do Resultado de 2024 – Proposta da Administração

A Diretoria propôs à Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025, que, ao resultado do exercício de 2024, no montante de R\$ 26.649 mil, acrescido do saldo de lucros acumulados, de R\$ 1.816 mil, referente à realização da reserva de ajustes de avaliação em 2024, seja dada a seguinte destinação:

- R\$ 14.232 mil de dividendos obrigatórios, tendo sido já pagos R\$12.395 mil a título de dividendos intermediários pagos no exercício de 2024; e,
- R\$ 14.233 mil para pagamento de dividendos adicionais.

## SEGURANÇA DE BARRAGENS

A Companhia segue as mesmas diretrizes de segurança de barragens de sua controladora, Cemig GT, sendo esta responsável pelo investimento, manutenção e segurança das barragens do Grupo Cemig, por meio de contrato de operação e manutenção.

O processo realizado pela Cemig GT que visa garantir a segurança das barragens utiliza, em todas as suas etapas, uma metodologia respaldada nas melhores práticas nacionais e internacionais, atendendo também à lei federal 12.334/2010, alterada pela Lei 14.066/2020, que estabelece a Política Nacional de Segurança de Barragens (PNSB), e a sua regulamentação associada (Resolução Normativa nº 1.064/2023 da ANEEL).

Neste contexto, são contemplados os procedimentos de inspeção em campo, coleta e análise de dados de instrumentação, elaboração e atualização dos planos de segurança das barragens, planejamento e acompanhamento de serviços de manutenção, análise dos resultados e classificação das estruturas civis. Tendo como base a classificação das estruturas, são estabelecidas a frequência das inspeções de segurança e a rotina de monitoramento.

A vulnerabilidade de cada barragem é calculada automaticamente de forma contínua e monitorada por sistema especializado em segurança de barragens. Entre as atividades são feitas também revisões periódicas de segurança de barragem, que envolvem, além dos profissionais da Cemig GT, usualmente, equipe multidisciplinar de especialistas externos.

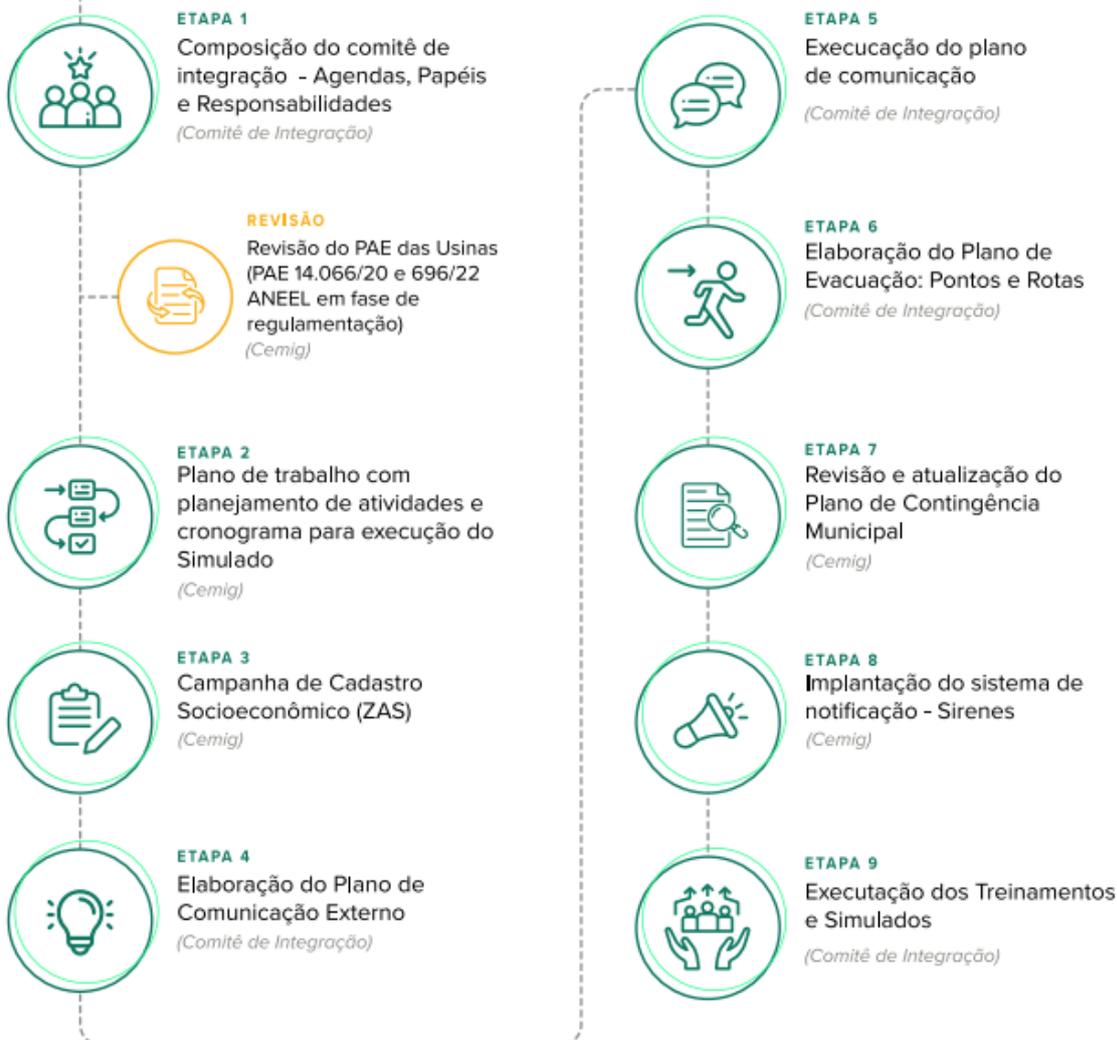
Estão disponíveis, atualmente, planos de ação de emergências (“PAE”) específicos para cada barragem, contemplando os seguintes itens:

- Identificação e análise de possíveis situações de emergência;
- Procedimentos de identificação de mau funcionamento ou condições potenciais de ruptura;
- Procedimentos de notificação;
- Procedimentos preventivos e corretivos a serem adotados em situações de emergência;
- Responsabilidades; e
- Divulgação, treinamento e atualização.

Os Planos de Ação de Emergências são documentos que sofrem atualizações ao longo do tempo, incorporando novos dados e metodologias, a fim de buscar sua efetividade durante um evento crítico. Buscando dar celeridade à tomada de decisão, a preparação para a emergência é dividida em duas vertentes: ações internas do empreendedor e ações externas de notificação e alerta. Para o segundo objetivo, a Cemig protocolou um plano de comunicação junto às Defesas Civis e prefeituras de jusante de seus barramentos, oficializando os limites de cada nível de alerta e quais são os canais de comunicação a serem realizados. Junto aos planos de comunicação, também foram protocolados mapas de inundação para cheias naturais, além das manchas hipotéticas de ruptura.

Mantendo a sua política de estreitar o relacionamento com o público externo, em 2024, assim como ocorrido para as barragens da controladora, também para as controladas, e específico para a população afeta ao PAE das barragens, deu-se continuidade ao cronograma de atividades dentro do “Projeto VAMOS”, que concentra pauta, agenda e metodologia específica e dedicada para integração dos PAEs das barragens aos PLANCONS- Planos de Contingência dos municípios correlacionados.

Após a constituição dos 17 CIs- Comitês de Integração dos PAEs para 18 barragens da CEMIG holding em 2022, o ano de 2024 se caracterizou pela continuidade da execução dos seus respectivos cronogramas de atividades, conforme roteiro abaixo:



Dentro do cronograma 2024, foram executados:

- 07 Simulados de Evacuação com a população mapeada na ZAS para as barragens das PCHs: Tronqueiras e Poço Fundo e para as UHEs: Nova Ponte, Peti (em parceria com a VALE- Mina Brucutu), Cajuru, Salto Grande, Itutinga/Camargos, envolvendo 11 municípios envolvendo cerca 600 pessoas;
- 14 Relatórios de Treinamentos Simulados das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado;

- 14 Relatórios de Revisão e Atualização dos PLANCONs-Planos de Contingência Municipais para municípios da ZAS das PCHs: Cel. Domiciano, Dona Rita, Piau, Tronqueiras, Poço Fundo, Machado Mineiro e UHEs: Sá Carvalho, Rosal, Nova Ponte, Peti, Itutinga/ Camargos, Cajuru, Salto Grande e Queimado para 23 municípios;
- 20 Simulados Restritos/Individuais executados em 28 Pontos de Encontro nas ZAS das UHEs: Machado Mineiro, Irapé, Teodomiro Carneiro Santiago (Emborcação) e Três Marias envolvendo cerca de 200 pessoas evacuadas em 07 municípios.

Ainda em 2024, dentro do escopo do “Programa Proximidade”, através de suas reuniões também foram abordados os temas: Meteorologia, Operação dos Reservatórios, Segurança de Barragens e Informes do PAE junto ao público participante, divulgando também as tratativas da Cemig para os temas Recursos Hídricos e Segurança de Barragens, listando todas as metodologias aplicadas e responsabilidades da Cemig para esses temas.

As reuniões ocorreram nas UHEs Nova Ponte, Irapé e Queimado. Os eventos contaram com a participação de cerca de 128 pessoas, dos mais diversos públicos e instituições, lideranças municipais e usuários de água, inclusive, de órgãos de resposta a emergências (Defesas Civas Municipais e Corpo de Bombeiros). Além dos temas relacionados à operação das usinas (Meteorologia, Operação do Reservatório, Segurança de Barragem e Ações Socioambientais), ocorreram também a divulgação e disponibilização do App. PROX (App. móvel de Gestão de Riscos) e apresentações relacionadas aos PAEs das barragens.

## **CONSIDERAÇÕES FINAIS**

A Administração da Cemig PCH manifesta seu agradecimento ao Governo do Estado de Minas Gerais, pela confiança e apoio recebidos durante o ano estende também os agradecimentos às demais autoridades federais, estaduais e municipais.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**  
**(Em milhares de Reais)**

**ATIVO**

	Nota	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Caixa e Equivalentes de Caixa	3	646	2.422
Títulos e Valores Mobiliários	4	709	4.411
Consumidores e Revendedores	5	2.216	2.501
Tributos Compensáveis	6	20	47
Imposto de renda e contribuição social a recuperar		85	418
Outros Créditos		48	-
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.724</b>	<b>9.799</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Títulos e valores mobiliários		268	-
Tributos Compensáveis	6	761	553
Imposto de renda e contribuição social diferidos		32	-
Imobilizado	7	44.903	44.541
Intangível	8	744	773
Direito de Uso		58	132
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>46.766</b>	<b>45.999</b>
<b>ATIVO TOTAL</b>		<b>50.490</b>	<b>55.798</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**BALANÇOS PATRIMONIAIS**  
**EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**  
 (Em milhares de Reais)

**PASSIVO**

	Nota	2024	2023
<b>CIRCULANTE</b>			
Fornecedores	9	982	801
Encargos Regulatórios		8	7
Impostos, Taxas e Contribuições	10	305	248
Dividendos a pagar	11	1.837	8.588
Convênio de compartilhamento	16	121	158
Passivo de Arrendamento		6	12
Outras Obrigações		-	77
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>3.259</b>	<b>9.891</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>			
Impostos, Taxas e Contribuições	10	564	386
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	15a	-	2.807
Provisões ambientais		568	379
Passivo de Arrendamento		65	131
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>1.197</b>	<b>3.703</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>4.456</b>	<b>13.594</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>			
Capital Social	11	6.000	6.000
Reserva de ajustes de avaliação patrimonial	11	17.291	19.107
Reserva de Lucros	11	22.743	17.097
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>46.034</b>	<b>42.204</b>
<b>PASSIVO TOTAL</b>		<b>50.490</b>	<b>55.798</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023

(Em milhares de Reais)

	Nota	2024	2023
<b>RECEITA LÍQUIDA</b>	<b>12</b>	<b>36.759</b>	<b>26.739</b>
<b>CUSTOS</b>	<b>13</b>		
Custos com energia elétrica		(5.259)	(2.832)
Custos de operação		(7.436)	(7.945)
		<b>(12.695)</b>	<b>(10.777)</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>24.064</b>	<b>15.962</b>
<b>DESPESAS</b>	<b>13</b>		
Despesas gerais e administrativas		(469)	(795)
Outras despesas operacionais		(248)	(134)
		<b>(717)</b>	<b>(929)</b>
<b>Resultado antes do resultado financeiro e impostos</b>		<b>23.347</b>	<b>15.033</b>
Receitas financeiras	<b>14</b>	2.334	5.479
Despesas financeiras	<b>14</b>	(75)	(35)
		<b>2.259</b>	<b>5.444</b>
<b>Resultado antes dos impostos e tributos sobre o Lucro</b>		<b>25.606</b>	<b>20.477</b>
Imposto de renda e contribuição social correntes	<b>15</b>	(1.797)	(4.091)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	<b>15</b>	2.840	(1.413)
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>26.649</b>	<b>14.973</b>
<b>Lucro básico e diluído por ação</b>		<b>0,5799</b>	<b>0,3258</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES****PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023****(Em milhares de Reais)**

	<b>2024</b>	<b>2023</b>
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>	26.649	14.973
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES	-	-
<b>RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO</b>	<b>26.649</b>	<b>14.973</b>

As notas explicativas são parte integrante destas Demonstrações Financeiras.

## DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023  
(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Lucros		Reserva de ajustes de avaliação	Lucros Acumulados	Total
		Reserva Legal	Retenção de Lucros			
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022</b>	<b>45.952</b>	<b>8.510</b>	<b>11.573</b>	<b>21.309</b>	-	<b>87.344</b>
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(2.202)	2.202	-
Redução de capital	(39.952)	-	-	-	-	(39.952)
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(11.573)	-	-	(11.573)
Resultado do exercício	-	-	-	-	14.973	14.973
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(8.588)	(8.588)
Dividendos adicionais propostos	-	-	8.587	-	(8.587)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023</b>	<b>6.000</b>	<b>8.510</b>	<b>8.587</b>	<b>19.107</b>	-	<b>42.204</b>
Realização da reserva de ajustes de avaliação	-	-	-	(1.816)	1.816	-
Aprovação de dividendos adicionais propostos	-	-	(8.587)	-	-	(8.587)
Resultado do exercício	-	-	-	-	26.649	26.649
<b>Destinação do Lucro Proposta à AGO:</b>						
Dividendos obrigatórios	-	-	-	-	(1.837)	(1.837)
Dividendos Intermediários pagos	-	-	-	-	(12.395)	(12.395)
Dividendos adicionais propostos	-	-	14.233	-	(14.233)	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024</b>	<b>6.000</b>	<b>8.510</b>	<b>14.233</b>	<b>17.291</b>	-	<b>46.034</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

**DEMONSTRAÇÕES DO FLUXO DE CAIXA**  
**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023**  
**(Em milhares de Reais)**

	2024	2023
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>		
Resultado do exercício	26.649	14.973
Ajustes por:		
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferidos (Nota 15)	(1.043)	5.504
Depreciação (Nota 13)	4.298	5.109
Amortização direito de uso (Nota 13)	4	4
Juros passivo de arrendamento	6	11
Pis/Pasep e Cofins diferidos	(10)	(10)
Juros e variações monetárias	(1.717)	(5.378)
	<b>28.187</b>	<b>20.213</b>
(Aumento) Redução de ativos		
Consumidores e revendedores (Nota 5)	285	(262)
Tributos compensáveis (Nota 6)	(181)	(33)
Imposto de renda e contribuição social a recuperar	(808)	(905)
Outros ativos	21	(53)
	<b>(682)</b>	<b>(1.253)</b>
(Redução) Aumento de passivos		
Fornecedores (Nota 9)	181	(158)
Impostos, taxas e contribuições (Nota 10)	225	25
Encargos Regulatórios	1	-
Convênio de compartilhamento (Nota 16)	(37)	1
Outras obrigações	36	68
	<b>406</b>	<b>(64)</b>
<b>Caixa Gerado pelas Atividades Operacionais</b>	<b>27.911</b>	<b>18.896</b>
Imposto renda e contribuição social pagos	(654)	(3.325)
Juros resgatados	1.711	5.312
	<b>28.968</b>	<b>20.883</b>
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>28.968</b>	<b>20.883</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>		
Aplicações em títulos e valores mobiliários	(32.565)	(22.523)
Resgate de títulos e valores mobiliários	36.005	60.019
Em Intangível (Nota 8)	-	(5)
Em Imobilizado (Nota 7)	(4.613)	(167)
<b>CAIXA LÍQUIDO GERADO PELAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(1.173)</b>	<b>37.324</b>
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>		
Dividendos pagos (Nota 11)	(29.570)	(23.146)
Redução de capital (Nota 11)	-	(39.952)
Arrendamentos pagos	(1)	(12)
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO PELAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>(29.571)</b>	<b>(63.110)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(1.776)</b>	<b>(4.903)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>		
Caixa e Equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 3)	2.422	7.325
Caixa e Equivalentes de caixa no fim no período (Nota 3)	646	2.422
	<b>(1.776)</b>	<b>(4.903)</b>

As notas explicativas são parte integrante das Demonstrações Financeiras.

## **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 e 2023**

**(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)**

### **1. CONTEXTO OPERACIONAL**

A Cemig PCH S.A. (“Companhia” ou “Cemig PCH”) é uma sociedade anônima de capital fechado, subsidiária integral da Cemig Geração e Transmissão (“Cemig GT”), constituída em 2 de outubro de 2001, domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200, 12º andar, Santo Agostinho, Belo Horizonte (MG), CEP 30.190-131.

A Companhia tem por objetivo a exploração comercial do potencial hidráulico da Pequena Central Hidrelétrica denominada PCH Pai Joaquim, com 23 MW de potência instalada (informação não auditada), localizada no Rio Araguari, Municípios de Sacramento (MG) e Santa Juliana (MG). A autorização Aneel para a exploração do potencial hidráulico da PCH Pai Joaquim vai até 15/10/2034, após a extensão do prazo da outorga estabelecida na Resolução Autorizativa nº 14896, de 10 de outubro de 2023.

A energia produzida pela PCH Pai Joaquim é 100% incentivada e comercializada no Ambiente de Contratação Livre (ACL).

De acordo com a Portaria MME 254/2017, a garantia física da PCH Pai Joaquim é de 13,91 MW médios.

A Cemig Geração e Transmissão S.A., via contratos de compartilhamento de infraestrutura e de engenharia regulados pela Aneel, presta os serviços administrativos e de operação e manutenção para a Companhia.

### **2. BASE DE PREPARAÇÃO**

#### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a legislação societária, os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro (MCSE) e das normas definidas pela Aneel, quando estas não são conflitantes com os pronunciamentos do CPC.

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das Demonstrações Financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às informações utilizadas pela Administração na sua gestão.

Em 08 de julho de 2025, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2024.

## 2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado, conforme detalhado na nota 17.

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Financeiras, de acordo com as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua, utilizando como referência a experiência histórica e também alterações relevantes de cenário que possam afetar a situação patrimonial e o resultado da Companhia nos itens aplicáveis. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 7 – Imobilizado (previsão da vida útil dos ativos);
- Nota 12- Receita líquida (Reconhecimento do fornecimento não faturado de Energia Elétrica); e
- Nota 17 - Instrumentos Financeiros e Gestão de Riscos (mensuração dos valores justos.

## 2.5 Redução ao valor recuperável

A Administração avalia, ao final de cada período de reporte, se ocorreram eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas dos seus ativos ou Unidades Geradoras de Caixa (UGCs) que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Sendo tais evidências identificadas, a Companhia estima o valor recuperável do ativo ou da UGC e, tendo o valor contábil líquido excedido o valor recuperável, é reconhecida a perda por desvalorização ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável. Nesse caso, o valor recuperável de um ativo ou de determinada unidade geradora de caixa é definido como sendo o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de ativos financeiros mensurados ao custo amortizado, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

## 2.6 Pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2024

As alterações apresentadas a seguir entraram em vigor em 01 de janeiro de 2024 e não produziram impactos relevantes nas demonstrações financeiras individuais da Companhia.

Norma	Principais alterações
<p>CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis – Passivo não circulante com <i>covenants</i> e revisão da classificação de passivos como circulante ou não circulante</p>	<p>Esclarece que a classificação de passivos como circulantes ou não circulantes se baseia nos direitos existentes na data do balanço, especificam que a classificação não é afetada pelas expectativas sobre se uma entidade irá exercer seu direito de postergar a liquidação do passivo, explicam que os direitos existem se as cláusulas restritivas são cumpridas na data do balanço, e introduzem a definição de ‘liquidação’ para esclarecer que a liquidação se refere à transferência para uma contraparte de caixa, instrumentos patrimoniais, outros ativos ou serviços.</p> <p>Essas alterações não trouxeram impactos materiais as políticas contábeis adotadas pela Companhia.</p>
<p>CPC 26 – Apresentação das demonstrações contábeis, CPC 03 – Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 – Instrumentos financeiros: evidenciação – Acordos de financiamento de fornecedores (“Risco sacado”)</p>	<p>As alterações introduzem novas divulgações relacionadas a acordos de financiamento com fornecedores (“Risco Sacado”) que ajudam os usuários das demonstrações financeiras a avaliar os efeitos desses acordos sobre os passivos e fluxos de caixa de uma entidade e sobre a exposição da entidade ao risco de liquidez. Para atender o objetivo de divulgação, a entidade deve divulgar, no todo, para seus acordos de financiamento de fornecedores, os termos e as condições dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas apresentadas no balanço patrimonial da entidade, dos passivos que fazem parte dos acordos, o valor contábil, e correspondentes rubricas pelas quais os fornecedores já receberam pagamento daqueles que fornecem o financiamento, as faixas das datas de vencimento dos pagamentos para os passivos financeiros que fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores e contas a pagar comparáveis que não fazem parte de um acordo de financiamento de fornecedores, e informações sobre o risco de liquidez.</p> <p>A Companhia não possui operações de “Risco Sacado”.</p>
<p>CPC 06 - Arrendamentos - Passivo de arrendamento em uma transação de “<i>Sale and Leaseback</i>”</p>	<p>Acrescenta exigências de mensuração subsequente para transações de venda e <i>leaseback</i>, que satisfazem as exigências do CPC 47, para fins de contabilização como venda.</p> <p>As alterações requerem que o vendedor-arrendatário determine ‘pagamentos de arrendamento’ ou ‘pagamentos de arrendamento revisados’ de modo que o vendedor-arrendatário não reconheça um ganho ou perda relacionado ao direito de uso retido pelo vendedor-arrendatário, após a data de início. As alterações não afetam o ganho ou a perda reconhecida pelo vendedor-arrendatário relacionado ao término total ou parcial de um arrendamento. Sem essas novas exigências, um vendedor-arrendatário pode ter reconhecido um ganho sobre o direito de uso que retém exclusivamente devido à remensuração do passivo de arrendamento (por exemplo, após uma modificação ou mudança de arrendamento no prazo do arrendamento) que aplica as exigências gerais no CPC 06. Esse pode ter sido particularmente o caso em um retroarrendamento que inclui pagamentos de arrendamento variáveis que não dependem de um índice ou taxa.</p> <p>A Companhia não possui operações de <i>Sale and leaseback</i>.</p>

## 2.7 Normas emitidas, mas ainda não vigentes

As normas e interpretações novas, mas que não entraram em vigor até a data de emissão destas Demonstrações Financeiras estão apresentadas na sequência. A Companhia irá adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

Norma	Principais alterações	Início da vigência
<p>CPC 02 (R2) – Efeitos nas Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis e</p> <p>CPC 37 (R1) – Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade</p>	<p>As alterações buscam definir o conceito de quando uma moeda é trocável por outra e orientam sobre os procedimentos para moedas não conversíveis, determinando que a conversibilidade deve ser avaliada na data de mensuração com base no propósito da transação. Caso a moeda não seja conversível, a entidade deve estimar uma taxa de câmbio à vista que reflita as condições de mercado.</p> <p>Em situações com múltiplas taxas, deve-se utilizar a que melhor represente a liquidação dos fluxos de caixa.</p> <p>O pronunciamento também destaca a importância das divulgações para que os usuários das demonstrações contábeis possam compreender como a moeda não conversível em outra afeta o desempenho financeiro, bem como os riscos envolvidos e critérios utilizados na estimativa da taxa de câmbio.</p>	<p>01/01/2025</p>
<p>CPC 48 e IFRS 40 – Classificação e mensuração de instrumentos financeiros</p>	<p>A Companhia não espera impactos relevantes nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p> <p>As alterações esclarecem como deve ser a classificação dos ativos e passivos financeiros com características de ESG e similares. A norma introduz um teste adicional de SPPI (Solely Payments of Principal and Interest) para ativos e passivos financeiros com características contingentes, uma vez que esses aspectos podem afetar se a mensuração será pelo custo amortizado ou pelo valor justo. O teste SPPI é condição precedente para classificação como custo amortizado.</p> <p>As alterações também fornecem uma exceção sobre o momento em que um passivo financeiro deve ser desreconhecido diante de uma liquidação financeira eletrônica. Assim, foi inserida uma opção de política contábil para permitir que a empresa desreconheça um passivo financeiro antes da data de liquidação financeira, desde que os critérios especificados na norma sejam atendidos.</p> <p>Além disso, foram inseridos requisitos adicionais de divulgação para aumentar a transparência para os investidores em relação aos investimentos em instrumentos patrimoniais mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com características contingentes, como por exemplo, características vinculadas a metas ESG.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras decorrentes dessa alteração.</p>	<p>01/01/2026</p>
<p>IFRS 18 – Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Financeiras</p>	<p>O IFRS 18 substituirá o CPC 26/ IAS 1 e introduzirá novos requisitos para apresentação da demonstração do resultado do exercício, incluindo totais e subtotais especificados.</p> <p>As entidades são obrigadas a classificar todas as receitas e despesas em uma das cinco categorias: operacional, investimento, financiamento, impostos de renda e operações descontinuadas, sendo as três primeiras são novas.</p> <p>A norma exige a divulgação de medidas de desempenho definidas pela administração, subtotais de receitas e despesas, e inclui novos requisitos para a agregação e desagregação de informações financeiras com base nas “funções” identificadas das demonstrações financeiras primárias e das notas explicativas.</p>	<p>01/01/2027</p>

Norma	Principais alterações	Início da vigência
	<p>As alterações de escopo restrito foram feitas ao IAS 7 (equivalente ao CPC 03 (R2) - Demonstração dos Fluxos de Caixa), as quais incluem a alteração do ponto de partida para determinar os fluxos de caixa das operações pelo método indireto, de “lucro ou prejuízo do período” para “lucro ou prejuízo operacional” e a remoção da opcionalidade à classificação dos fluxos de caixa de dividendos e juros.</p> <p>Há alterações consequentes em vários outros padrões. O IFRS 18 será aplicado retrospectivamente.</p> <p>A Companhia está no processo de avaliação dos impactos desses novos padrões, especialmente em relação à estrutura das Demonstrações dos Resultados e das divulgações das medidas de desempenho.</p>	
IFRS 19 – Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações	<p>A norma permitirá que determinadas entidades controladas optem por aplicar seus requisitos de divulgação reduzidos enquanto ainda aplicam os requisitos de reconhecimento, mensuração e apresentação em outros padrões contábeis IFRS.</p> <p>Para ser elegível, no final do período de relatório, a entidade controlada não pode ter responsabilidade pública e deve ter uma controladora (final ou intermediária) que prepare demonstrações financeiras consolidadas, disponíveis para uso público, que estejam em conformidade com os padrões contábeis IFRS.</p> <p>A Companhia não espera impactos nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas decorrentes dessa alteração.</p>	01/01/2027

Em relação aos normativos em discussão no órgão competente ou com data de vigência estabelecida em exercícios futuros, a Companhia está acompanhando as discussões e até o momento não identificou impactos significativos.

## 2.8 Políticas contábeis materiais

As políticas contábeis, descritas em detalhe nas notas explicativas, têm sido aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras, exceto pelo descrito na nota explicativa 2.7, em conformidade às normas e regulamentos descritos no item 2.1 – Declaração de conformidade.

## 3. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Os caixas e equivalentes de caixa são compostos por saldos em contas correntes bancárias e aplicações de curto prazo com alta liquidez, sujeitos a risco insignificante de mudança de valor, mantidos para atender a gestão de caixa de curto prazo da Companhia, conforme segue:

	Indexador	Taxa média a.a		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
<b>Contas Bancárias</b>				330	310
Aplicações financeiras					
Certificados de depósitos bancários - CDB	CDI	98%	99%	-	102
Overnight (1)	Pré-fixada	11,91 a 12,15%	11,42 a 11,65%	316	2.010
<b>TOTAL</b>				<b>646</b>	<b>2.422</b>

- (1) Consistem em aplicações de curto prazo, com disponibilidade para resgate no dia subsequente à data da aplicação. Normalmente são lastreadas por letras, notas ou obrigações do Tesouro e referenciadas em uma taxa pré-fixada e têm o objetivo de liquidar obrigações de curto prazo da Companhia ou serem utilizadas na compra de outros ativos de melhor remuneração para recompor o portfólio.

#### 4. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

	Indexador	Taxa média a.a		2024	2023
		31/12/2024	31/12/2023		
<b>Aplicações Financeiras</b>					
<b>Circulante</b>					
Certificados de Depósitos Bancários	CDI	102,2 a 105%	103 a 104,3%	-	421
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,7 a 113,51%	108,6 a 111,98%	555	2.719
Letras Financeiras do Tesouro	Selic	10,72% a 10,85	11,38 a 11,85%	144	1.226
Debêntures	CDI		TR + 1,00 a 118,69%	10	45
				<b>709</b>	<b>4.411</b>
<b>Não Circulante</b>					
Letras Financeiras - Bancos	CDI	104,7% a 113,51%	108,6 a 111,98%	268	-
				<b>268</b>	<b>-</b>
				<b>977</b>	<b>4.411</b>

As práticas contábeis materiais e a classificação destes títulos e valores mobiliários estão demonstradas na nota explicativa nº 17.

A Companhia classifica de forma consistente o rendimento desses títulos e valores mobiliários como parte do fluxo de caixa da atividade operacional, pois entende que essa é a apresentação mais adequada de acordo com suas atividades.

#### 5. CONSUMIDORES, CONCESSIONÁRIAS E PERMISSONÁRIAS

Classe de Consumidor	Saldos a Vencer	Total	
	Não Faturado	2024	2023
Fornecimento Industrial	2.216	2.216	2.501
<b>Total</b>	<b>2.216</b>	<b>2.216</b>	<b>2.501</b>

##### Política contábil

As contas a receber de consumidores, concessionárias e permissionárias de transporte de energia são registradas inicialmente pelo valor da energia fornecida e mensuradas pelo custo amortizado. Essa rubrica inclui os respectivos tributos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados tributos a recuperar.

Os saldos são reconhecidos inicialmente ao preço de transação, e subsequentemente mensurados pelo custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva, deduzidas das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável, e reconhecendo-se os respectivos tributos diferidos. Conforme requerido pelo CPC 48, é efetuada análise do saldo e, quando necessário, são reconhecidas perdas na realização desses ativos.

## 6. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
ICMS	11	38
Pis/Pasep	2	2
Cofins	7	7
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>47</b>
<b>Não Circulante</b>		
PIS/Pasep	141	98
Cofins	620	455
	<b>761</b>	<b>553</b>
<b>Total</b>	<b>781</b>	<b>600</b>

## 7. IMOBILIZADO

	Taxa média anual de depreciação (%)	2024			2023		
		Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Custo	Depreciação acumulada	Valor
<b>Em serviço</b>		<b>116.053</b>	<b>(75.990)</b>	<b>40.063</b>	<b>116.016</b>	<b>(71.739)</b>	<b>44.277</b>
Terrenos, o. civis, benfeitorias e edificações	4,17%	29.818	(19.771)	10.047	29.818	(18.733)	11.085
Reservatórios, barragens e adutoras	4,34%	47.500	(31.824)	15.676	47.500	(30.227)	17.273
Máquinas e equipamentos	5,65%	38.726	(24.387)	14.339	38.689	(22.771)	15.918
Móveis e utensílios	6,25%	9	(8)	1	9	(8)	1
				-			
<b>Em curso</b>		<b>4.840</b>	-	<b>4.840</b>	<b>264</b>	-	<b>264</b>
Máquinas e equipamentos		4.424	-	4.424	178	-	178
Outros		416	-	416	86	-	86
<b>Total</b>		<b>120.893</b>	<b>(75.990)</b>	<b>44.903</b>	<b>116.280</b>	<b>(71.739)</b>	<b>44.541</b>

A movimentação do imobilizado é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas (A) + (B)	Depreciação acumulada	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Em serviço</b>	<b>116.016</b>	-	-	<b>37</b>	<b>116.053</b>	<b>37</b>	<b>(75.990)</b>	<b>40.063</b>
Terrenos	166	-	-	-	166	-	(96)	70
Reservatórios, barragens e adutoras	47.500	-	-	-	47.500	-	(31.824)	15.676
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.652	-	-	-	29.652	-	(19.675)	9.977
Máquinas e equipamentos	38.689	-	-	37	38.726	37	(24.387)	14.339
Móveis e utensílios	9	-	-	-	9	-	(8)	1
<b>Em curso</b>	<b>264</b>	<b>4.613</b>	-	<b>(37)</b>	<b>4.840</b>	<b>4.576</b>	-	<b>4.840</b>
Máquinas e equipamentos	178	4.283	-	(37)	4.424	4.246	-	4.424
Outros	86	330	-	-	416	330	-	416
<b>Total</b>	<b>116.280</b>	<b>4.613</b>	-	-	<b>120.893</b>	<b>4.613</b>	<b>(75.990)</b>	<b>44.903</b>

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (A)	Baixas e alienações (B)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas (A) + (B)	Deprec. acum.	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Em serviço</b>	<b>112.381</b>	-	-	<b>3.635</b>	<b>116.016</b>	<b>3.635</b>	<b>(71.739)</b>	<b>44.277</b>
Terrenos	166	-	-	-	166	-	(89)	77
Reservatórios, barragens e adutoras	47.500	-	-	-	47.500	-	(30.227)	17.273
Edificações, obras civis e benfeitorias	29.390	-	-	262	29.652	262	(18.644)	11.008
Máquinas e equipamentos	35.316	-	-	3.373	38.689	3.373	(22.771)	15.918
Móveis e utensílios	9	-	-	-	9	-	(8)	1
<b>Em curso</b>	<b>3.732</b>	<b>167</b>	-	<b>(3.635)</b>	<b>264</b>	<b>(3.468)</b>	-	<b>264</b>
Máquinas e equipamentos	3.384	167	-	(3.373)	178	(3.206)	-	178
Outros	348	-	-	(262)	86	(262)	-	86
<b>Total</b>	<b>116.113</b>	<b>167</b>	-	-	<b>116.280</b>	<b>167</b>	<b>(71.739)</b>	<b>44.541</b>

A Companhia avaliou o ativo imobilizado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 e não identificou indícios de perda de valor recuperável.

Os ativos imobilizados são depreciados pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela Aneel e representam a vida útil do bem pela avaliação da Companhia. Em 2024, a taxa média de depreciação anual foi de 4,02% (4,75% em 2023).

### Política contábil

São avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, e encargos financeiros capitalizados, deduzidos da depreciação acumulada e de perdas por redução ao valor recuperável, se houver.

Ganhos e perdas resultantes da baixa de um ativo imobilizado são mensurados como a diferença entre o valor líquido obtido da venda e o valor contábil do ativo, sendo reconhecidos na demonstração do resultado no momento de sua baixa.

### Estimativas e julgamentos

A depreciação é calculada sobre o saldo das imobilizações em serviço pelo método linear, mediante aplicação das taxas que refletem a vida útil estimada dos bens, para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, limitadas, em determinadas situações ao prazo dos contratos de concessão aos quais se referem.

Os componentes relevantes de determinados ativos que são substituídos ao longo da vida útil econômica do ativo principal são reconhecidos de forma separada e depreciados pelo período estimado até a sua substituição. Os gastos com manutenções periódicas são reconhecidos no resultado do exercício, quando incorridos.

Os terrenos vinculados a contratos de concessão sem previsão de indenização são depreciados de acordo com o período da concessão.

## 8. INTANGÍVEL

	2024			2023		
	Custo	Amort. acum.	Valor líquido	Custo	Amort. acum.	Valor líquido
<b>Em serviço</b>	<b>883</b>	<b>(139)</b>	<b>744</b>	<b>418</b>	<b>(92)</b>	<b>326</b>
Ativos da concessão - GSF	418	(121)	297	418	(92)	326
Outros	465	(18)	447	-	-	-
<b>Em curso</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>447</b>	<b>-</b>	<b>447</b>
<b>Total</b>	<b>883</b>	<b>(139)</b>	<b>744</b>	<b>865</b>	<b>(92)</b>	<b>773</b>

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

A movimentação do intangível é como segue:

	Valor bruto em 31/12/2023	Adições (A)	Transf. (B)	Valor bruto em 31/12/2024	Adições líquidas (A) + (B)	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2024
<b>Em serviço</b>	<b>418</b>	<b>-</b>	<b>465</b>	<b>883</b>	<b>-</b>	<b>(139)</b>	<b>744</b>
Ativos da concessão - GSF	418	-	-	418	-	(121)	297
Intangível - Outros	-	-	465	465	-	(18)	447
<b>Em curso</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>418</b>	<b>-</b>	<b>465</b>	<b>883</b>	<b>-</b>	<b>(139)</b>	<b>744</b>

	Valor bruto em 31/12/2022	Adições (1)	Transf. (2)	Valor bruto em 31/12/2023	Adições líquidas (1) + (2)	Amort. acum.	Valor líquido em 31/12/2023
<b>Em serviço</b>	<b>418</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>418</b>	<b>-</b>	<b>(92)</b>	<b>326</b>
Ativos da concessão - GSF	418	-	-	418	-	(92)	326
<b>Em curso</b>	<b>-</b>	<b>447</b>	<b>-</b>	<b>447</b>	<b>447</b>	<b>-</b>	<b>447</b>
<b>Total</b>	<b>418</b>	<b>447</b>	<b>-</b>	<b>865</b>	<b>447</b>	<b>(92)</b>	<b>773</b>

(1) Inclui o montante de R\$ 442 referente aos gastos com as condicionantes ambientais que foram registrados em contrapartida ao passivo. Essa transação não afeta o caixa, não estando refletida na Demonstrações dos Fluxos de caixa.

Agente/Usina	Ativo intangível – Direito de extensão da outorga	Fim da concessão	Extensão em dias	Novo fim da concessão
<b>Cemig PCH</b>	<b>418</b>			
PCH Pai Joaquim	418	04/04/2032	163	14/09/2032

A amortização do ativo intangível é linear, pelo novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado, para cálculo do novo período de amortização.

## Licença de operação

A Companhia, em atendimento às determinações legais contidas na Deliberação Normativa Copam 217/2017, obteve a licença de operação da UHE Pai Joaquim. Os gastos com as condicionantes ambientais, relacionados às exigências legais e regulamentares após a entrada em operação dos empreendimentos, foram estimados e reconhecidos, em contrapartida ao intangível. Os gastos estimados com as condicionantes ambientais foram trazidos a valor presente considerando a taxa incremental baseada no índice IPCA+.

## Política contábil

A Companhia reconheceu um ativo intangível que representa o direito de extensão das concessões provenientes da repactuação do risco hidrológico.

Eventual ganho ou perda resultante do desreconhecimento de ativos intangível, correspondente à diferença entre o seu valor contábil e o valor líquido da venda, é reconhecido na demonstração de resultado.

## Estimativas e julgamentos

### **Repactuação do Risco Hidrológico – GSF (*Generation Scalling Factor*)**

Nos termos da Lei nº 13.203/2015 e alterações posteriores, houve a repactuação do risco hidrológico estabelecendo o direito de ressarcimento pelos custos incorridos com o GSF, assumidos pelos titulares das usinas hidrelétricas participantes do Mecanismo de Realocação de Energia (MRE) entre os anos de 2012 e 2017.

O procedimento adotado pela Aneel para essa compensação foi a extensão dos prazos de outorga dessas usinas. Assim, foi reconhecido pela Companhia, um ativo intangível que representa esse direito de extensão das concessões.

Para mensuração do valor justo do direito de extensão da outorga, a partir da técnica de valor presente, a Companhia considerou os seguintes elementos, do ponto de vista dos participantes do mercado, na data de mensuração:

- estimativa dos fluxos de caixa futuros para o ativo ou passivo que está sendo mensurado. Para tanto, foram considerados os preços de energia da curva DCIDE e o opex projetado;
- expectativas sobre possíveis variações no valor e época dos fluxos de caixa que representem a incerteza inerente aos fluxos de caixa;
- valor do dinheiro no tempo, representado pela taxa aplicada sobre ativos monetários livres de risco, cujos vencimentos ou prazos coincidem com o período dos fluxos de caixa analisados. Esses ativos não apresentam incerteza quanto ao momento do pagamento nem risco de inadimplência para o titular, sendo, portanto, considerados como referência para a taxa de juros livre de risco. Além disso, incorpora-se o custo associado à incerteza dos fluxos de caixa futuros, conhecido como prêmio de risco. Para refletir esses dois componentes, a taxa livre de risco e o prêmio de risco, foi utilizada como taxa de desconto o WACC real, aprovado pela Administração da Cemig para a atividade de geração de energia.

A vida útil dos ativos que compõem o ativo imobilizado e o intangível foi ajustada para o novo prazo remanescente da concessão, ou seja, o prazo da extensão do direito de outorga da concessão foi adicionado ao prazo originalmente acordado. Assim, a amortização é realizada pelo método linear até o final do novo prazo de concessão.

## 9. FORNECEDORES

	2024	2023
Suprimento e Transporte de Energia	469	357
Materiais e Serviços	513	444
<b>TOTAL</b>	<b>982</b>	<b>801</b>
<b>Circulante</b>	<b>982</b>	<b>801</b>

A exposição da Companhia ao risco de liquidez está apresentada na nota explicativa nº 17.

## 10. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES

	2024	2023
<b>Circulante</b>		
ICMS	-	38
COFINS	89	73
PASEP	19	16
INSS	197	121
Outros	-	-
	<b>305</b>	<b>248</b>
<b>Não circulante</b>		
COFINS	464	317
PASEP	100	69
	564	386
<b>TOTAL</b>	<b>869</b>	<b>634</b>

## 11. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS

### a) Capital Social

O capital social da Companhia em 31 de dezembro de 2024 e 2023 é de R\$6.000 representado por 6.000.000 (seis milhões) ações ordinárias nominativas e sem valor nominal, de propriedade integral da Cemig Geração e Transmissão - Cemig GT.

**b) Reservas**Reserva de Lucros

O saldo da conta de reservas de lucros é demonstrado como segue:

<b>Reservas de Lucros</b>	<b>2024</b>	<b>2023</b>
Reserva legal	8.510	8.510
Retenção de lucros (Dividendos adicionais propostos)	14.233	8.587
	<b>22.743</b>	<b>17.097</b>

Reserva Legal

A constituição da reserva legal é obrigatória, até os limites estabelecidos por lei, e tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, condicionada a sua utilização à compensação de prejuízos ou ao aumento do capital. A Companhia não constituiu a reserva legal em 2024 e 2023, pois atingiu o limite de 20% que dispõe a Lei 6.404/76.

Reserva de proposta de distribuição de dividendos adicionais

A Companhia registrou o montante de R\$ 14.233 na reserva de lucros em 2024 (R\$8.587 em 2023), referente a dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do lucro líquido do exercício, dividendo mínimo previsto no estatuto social, a serem transferidos para o passivo, como dividendos a pagar, após a aprovação da proposta pela Assembleia Geral de Acionistas.

Reserva de Ajustes de Avaliação

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se à avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 1º de janeiro de 2009, quando tal avaliação implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido.

**c) Remuneração aos acionistas**

A obrigação de pagar dividendos é reconhecida quando a distribuição é autorizada ou conforme previsão legal e/ou estatuto social. Diante da legislação aplicável e do Estatuto da Companhia, que prevê um pagamento de dividendos mínimos de 50% do lucro líquido do exercício, este é considerado uma obrigação presente na data do encerramento do exercício social, sendo reconhecido como um passivo.

O Art. 204 da Lei das SA estabelece que o Estatuto Social poderá autorizar os órgãos de Administração a declarar dividendos intermediários, à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

O estatuto social da Companhia estabelece que o Conselho de Administração poderá declarar dividendos extraordinários, adicionais, intermediários ou intercalares, inclusive com antecipação total ou parcial do dividendo obrigatório do exercício em curso, à conta de reserva de lucros acumulados, de reservas de lucros ou de lucros apurados em balanços semestrais ou intermediários.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas referente ao resultado está demonstrado abaixo:

	2024	2023
<b>Dividendos obrigatórios</b>		
Resultado do exercício	26.649	14.973
Realização da reserva de ajustes de avaliação	1.816	2.202
	<b>28.465</b>	<b>17.175</b>
Dividendos obrigatórios	14.232	8.588
Dividendos adicionais propostos	14.233	8.587
<b>Total dos dividendos</b>	<b>28.465</b>	<b>17.175</b>

#### d) Movimentação dos dividendos

<b>Saldo em 31 de dezembro de 2023</b>	<b>8.588</b>
Pagamento de dividendos obrigatórios ref. 2023	(8.588)
Aprovação dividendos adicionais ref. 2023	8.587
Pagamento de dividendos adicionais ref. 2023	(8.587)
Dividendos intermediários ref. 2024	12.395
Pagamento de dividendos intermediários ref. 2024	(12.395)
Dividendos obrigatórios ref. 2024	1.837
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	<b>1.837</b>

## 12. RECEITA LÍQUIDA

	2024	2023
Fornecimento bruto de energia (a)	38.279	28.281
Tributos e encargos incidentes sobre as receitas (b)	(1.520)	(1.542)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>36.759</b>	<b>26.739</b>

#### a) Fornecimento bruto de energia elétrica

	2024	2023
Fornecimento Industrial	2.181	2.435
Fornecimento não Faturado Industrial	166	188
Transações com Energia na CCEE	21	-
Suprimento Cotas - Geração Própria	35.911	25.658
<b>Fornecimento bruto de energia elétrica</b>	<b>38.279</b>	<b>28.281</b>

**b) Tributos e encargos incidentes sobre as receitas**

	2024	2023
ICMS	393	438
COFINS	848	835
PIS-PASEP	184	181
Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	95	88
	<b>1.520</b>	<b>1.542</b>

**Política contábil**

De forma geral, para os negócios da Companhia, as receitas são reconhecidas quando uma obrigação de performance é satisfeita, pelo valor que se espera receber em troca dos bens ou serviços transferidos, o qual deve ser alocado à obrigação de desempenho. A Companhia reconhece a receita somente quando é provável que receberá a contraprestação em troca dos bens ou serviços transferidos, considerando a capacidade e a intenção do cliente de cumprir a obrigação de pagamento.

**Fornecimento bruto de energia elétrica**

As receitas de transações com energia são registradas com base na energia comercializada e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são reconhecidas mensalmente, quando há o fornecimento de energia elétrica, com base na energia medida e faturada.

**Estimativas e julgamentos**

A Companhia reconhece a receita correspondente ao fornecimento de energia não faturado do período entre o último faturamento e o final de cada mês, estimado com base no fornecimento contratado. Historicamente, as diferenças entre os valores não faturados estimados e realizados no mês subsequente não são relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

**13. CUSTOS E DESPESAS****Custos com energia elétrica**

	2024	2023
Energia de curto prazo - CCEE	4.312	2.332
Encargos da rede básica de transmissão	947	500
	<b>5.259</b>	<b>2.832</b>

## Custos de operação e despesas gerais e administrativas

	Custos de operação		Despesas gerais e administrativas e outras despesas operacionais		Outras despesas		Total	
	2024	2023	2024	2023	2024	2023	2024	2023
Materiais	362	221	-	-	-	-	362	221
Serviços de terceiros (a)	2.411	2.591	443	425	-	-	2.854	3.016
Depreciação	4.302	5.113	-	-	-	-	4.302	5.113
Outros Custos Operacionais	6	20	-	-	-	-	6	20
Pessoal	355	-	26	370	-	-	381	370
Outras despesas	-	-	-	-	248	134	248	134
	<b>7.436</b>	<b>7.945</b>	<b>469</b>	<b>795</b>	<b>248</b>	<b>134</b>	<b>8.153</b>	<b>8.874</b>

### a) Serviços de terceiros

	2024	2023
Manutenção, conservação e instalação	1.931	2.124
Conservação e limpeza de prédios	8	9
Meio ambiente	357	284
Tecnologia da informação	77	82
Auditoria externa	33	31
Comunicação	3	15
Vigilância	394	375
Publicações legais	1	3
Outros	50	93
<b>TOTAL</b>	<b>2.854</b>	<b>3.016</b>

## 14. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	2024	2023
<b>Receitas Financeiras</b>		
Renda de Aplicação Financeira	1.719	5.409
Variação monetária de créditos tributários	553	6
Outras	62	64
	<b>2.334</b>	<b>5.479</b>
<b>Despesas Financeiras</b>		
Juros Passivo de Arrendamento	(6)	(11)
Atualização PIS/PASEP e COFINS a serem restituídos a concessionárias	(4)	(9)
Outras	(65)	(15)
	<b>(75)</b>	<b>(35)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO</b>	<b>2.259</b>	<b>5.444</b>

### Política contábil

As receitas financeiras referem-se, principalmente, a receita de aplicação financeira. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem principalmente despesas bancárias e outros passivos financeiros.

## 15. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

	2024	2023
<b>Não circulante</b>		
<b>Imposto de renda diferido</b>		
Rendas não resgatadas	-	2.083
Compensação crédito tributário ativo	-	(199)
Ressarcimento custos – GSF	-	7
Diferido regime de caixa/competência	-	173
<b>Contribuição social diferida</b>		
Rendas não resgatadas	-	754
Compensação crédito tributário ativo	-	(107)
Ressarcimento custos - GSF	-	4
Diferido regime de caixa/ competência	-	92
<b>Total</b>	-	<b>2.807</b>

### b) Conciliação do Imposto de renda e Contribuição social

	31/12/2024	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Receita Operacional Caixa	38.561	38.561
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	1.808	1.808
Outras Receitas Financeiras	53	53
Base de cálculo Lucro Presumido	4.947	6.489
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	742	584
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	471	0
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>1.213</b>	<b>584</b>
Rendas de Aplicações	1.719	1.719
Rendas Aplicações resgatadas	1.808	1.808
Rendas de aplicações não resgatadas	(90)	(90)
Alíquota	25%	9%
IR e CS - Diferimento Rendas	<b>(22)</b>	<b>(8)</b>
Receita por competência diferida	(368)	(368)
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	(29)	(44)
Alíquota	25%	9%
IR e CS diferido receita por competência	<b>(4)</b>	<b>(4)</b>
<b>Ajuste de Períodos Anteriores</b>	<b>(2.059)</b>	<b>(741)</b>
<b>Corrente</b>	<b>1.213</b>	<b>584</b>
<b>Diferido</b>	<b>(2.086)</b>	<b>(754)</b>

	31/12/2023	
	Imposto de Renda	Contribuição Social
<b>LUCRO PRESUMIDO</b>		
Suprimento Bruto de Energia Elétrica	28.014	28.014
Percentual de Presunção	8%	12%
Receita Financeira sobre Resgate Efetivo de Aplicações Financeiras	9.527	9.527
Outras Receitas Financeiras	52	52
Base de cálculo Lucro Presumido	11.820	12.941
Alíquota	15%	9%
IR e CS - Lucro Presumido	1.773	1.164
Adicional (10% sobre valor superior a R\$ 240)	1.158	-
<b>IR e CS - Lucro Presumido</b>	<b>2.931</b>	<b>1.164</b>
Rendas de Aplicações	(5.409)	(5.409)
Rendas de aplicações resgatadas	9.527	9.527
Rendas Aplicações não resgatadas	4.118	4.118
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS - Diferimento Rendas</b>	<b>1.029</b>	<b>371</b>
Receita por competência diferida	323	323
Percentual de presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	26	39
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS diferida receita por competência</b>	<b>10</b>	<b>3</b>
Depósitos judiciais	-	-
Alíquota	25%	9%
<b>IR e CS diferida receita por competência</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Percentual de Presunção	8%	12%
Base de cálculo Lucro Presumido	-	-
Alíquota	25%	9%
<b>Total</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Ajuste ECF	(2)	(2)
<b>Corrente</b>	<b>2.929</b>	<b>1.162</b>
<b>Diferido</b>	<b>1.039</b>	<b>374</b>

### Política contábil

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (8% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240.

A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro tributável pelo regime presumido (12% sobre a receita bruta) e sobre as receitas financeiras.

Um passivo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por diferenças temporárias tributáveis referentes a receitas financeiras tributadas pelo regime de caixa.

## 16. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações, bem como as principais condições relacionadas aos negócios com partes relacionadas da Companhia estão demonstradas a seguir:

### Encargos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Encargos de distribuição</b>								
Cemig Distribuição	-	-	-	16	-	-	(767)	(703)

Os encargos de distribuição referem-se a encargos devidos pela conexão das instalações da Companhia à distribuidora de sua área de concessão, que se destinam a cobrir os custos incorridos com o projeto, a construção, a instalação de equipamentos, a operação e a manutenção do sistema de distribuição, definidos de acordo com a regulamentação da Aneel.

### Convênio de compartilhamento

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Convênio de compartilhamento</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	121	157	-	-	(417)	(469)
<b>Convênio de compartilhamento - O&amp;M</b>								
Cemig Geração e Transmissão	-	-	165	48	-	-	(762)	(764)

A Companhia possui dois contratos de compartilhamento de gastos com empresas do Grupo, trata-se do convênio de compartilhamento recursos humanos e infraestrutura e do convênio de operação e manutenção da geração de energia elétrica.

O convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig D, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo foi anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016 e inclui, principalmente, reembolso de despesas referentes ao compartilhamento de infraestrutura, pessoal, transporte, telecomunicação e informática.

Já o convênio de compartilhamento de operação e manutenção entre Cemig Geração e Transmissão e suas subsidiárias integrais de geração foi anuído pelo Despacho Aneel 1.319/2020 e inclui, apenas, o reembolso de despesas relacionadas aos processos de engenharia, operação e manutenção da geração de energia elétrica.

## Dividendos

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
Cemig Geração e Transmissão	-	-	1.837	8.588	-	-	-	-

A Diretoria Executiva aprovou a declaração de Dividendos no total de R\$14.233. Os detalhes acerca da composição e movimentação dos Dividendos estão presentes na nota explicativa nº 11.

## FIC Pampulha

EMPRESAS	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023	2024	2023	2024	2023
<b>Circulante</b>								
Caixa e equivalentes	316	2.010	-	-	-	-	-	-
Títulos e valores mobiliários	709	4.411	-	-	8	95	-	-
<b>Não circulante</b>								
Títulos e valores mobiliários	268	-	-	-	-	-	-	-

A Companhia aplica parte de seus recursos financeiros em um fundo de investimento reservado, que tem característica de renda fixa e segue a política de aplicações da Cemig. Os montantes aplicados pelo fundo estão apresentados na rubrica “Títulos e Valores Mobiliários” e “Caixa e equivalentes de caixa”, no ativo circulante e não circulante.

Os recursos destinados ao fundo de investimento foram alocados em emissões públicas e privadas de títulos de renda fixa, sujeitos, apenas, a risco de crédito, com prazos de liquidez diversificados, aderentes às necessidades dos fluxos de caixa dos cotistas.

## Remuneração do pessoal-chave da administração

Os custos totais com o pessoal-chave da administração, composto pela Diretoria Executiva, encontram-se dentro dos limites aprovados em Assembleia Geral e seus efeitos no resultado dos períodos findos em 31 de dezembro de 2024 e 2023 são demonstrados na tabela abaixo:

	2024	2023
Remuneração	19	19
Participação nos resultados	6	4
Previdência privada	2	2
<b>Total (1)</b>	<b>27</b>	<b>25</b>

- (1) A Companhia não remunera diretamente os membros do pessoal-chave da administração, sendo remunerados pelo acionista controlador. O reembolso dessas despesas é realizado por meio do convênio de compartilhamento de recursos humanos e infraestrutura entre Cemig, Cemig Distribuição, Cemig Geração e Transmissão e demais controladas do Grupo, anuído pelo Despacho Aneel 3.208/2016.

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

### a) Classificação dos instrumentos financeiros e valor justo

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia, são como segue:

	Nível	2024		2023	
		Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Consumidores e Revendedores		2.216	2.216	2.501	2.501
Títulos e Valores Mobiliários		268	268	-	-
Depósitos judiciais		-	-	-	-
Fundos Vinculados		-	-	-	-
		<b>2.484</b>	<b>2.484</b>	<b>2.501</b>	<b>2.501</b>
<b>Valor justo por meio do resultado</b>					
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2	316	316	2.112	2.112
Títulos e Valores Mobiliários					
Certificados de Depósitos Bancários – CDB	2	-	-	421	421
Letras Financeiras Bancos - LFs	2	556	556	2.719	2.719
Letras Financeiras do Tesouro - LFT	1	144	144	1.226	1.226
Debêntures	2	10	10	45	45
		<b>1.026</b>	<b>1.026</b>	<b>6.523</b>	<b>6.523</b>
		<b>3.510</b>	<b>3.510</b>	<b>9.024</b>	<b>9.024</b>
<b>Passivos</b>					
<b>Custo amortizado</b>					
Fornecedores	2	(982)	(982)	(801)	(801)
Partes relacionadas	2	(121)	(121)	(158)	(158)
Passivo de Arrendamento	2	(71)	(71)	(143)	(143)
		<b>(1.174)</b>	<b>(1.174)</b>	<b>(1.102)</b>	<b>(1.102)</b>

A Companhia não operou instrumentos financeiros derivativos em 2024 e 2023.

No reconhecimento inicial, a Companhia mensura seus ativos e passivos financeiros a valor justo e classifica os mesmos conforme as normas contábeis vigentes. Valor justo é mensurado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três níveis, como segue:

- Nível 1. Mercado Ativo:** Preço Cotado - Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.

- **Nível 2. Sem Mercado Ativo:** Técnica de Avaliação - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.  
**Nível 3. Sem Mercado Ativo:** Título Patrimonial - Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados. O valor justo é determinado de acordo com modelos de precificação geralmente aceitos, baseado em análises dos fluxos de caixa descontados.

### **Metodologia de cálculo do valor justo das posições**

**Aplicações Financeiras:** elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.

#### **b) Gestão de riscos**

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de gestão integrante das práticas de governança corporativa e alinhada com o processo de planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos negócios da Companhia.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### **Risco de Liquidez**

A Companhia apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de caixa vinculadas às suas atividades operacionais.

A Companhia faz a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando seus recursos em fundos de investimento reservados de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a Companhia busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia com fornecedores e arrendamentos está apresentado conforme abaixo:

	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Pré-fixadas</b>						
Fornecedores	792	190	-	-	-	982
Passivo de Arrendamento	1	2	3	24	98	128
<b>TOTAL</b>	<b>793</b>	<b>192</b>	<b>3</b>	<b>24</b>	<b>98</b>	<b>1.110</b>

### Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Companhia vir a incorrer em perdas advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

### Risco de taxa de juros

Este risco advém do impacto das oscilações das taxas de juros nacionais sobre o resultado financeiro líquido composto pelas receitas financeiras atreladas às aplicações financeiras realizadas pela Companhia. A Companhia não utiliza da contratação de instrumentos financeiros derivativos para proteção desse risco. A variação das taxas de juros é continuamente monitorada com o objetivo de avaliar a necessidade de contratação de instrumentos financeiros que mitiguem esse risco.

### Risco Hidrológico

A energia vendida pela Companhia é produzida pela PCH Pai Joaquim. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios da usina, podendo acarretar em aumento de custos na aquisição de energia devido a sua substituição por fontes térmicas ou a redução de receitas devido a queda do consumo propiciado pela implementação de programas abrangentes de uso racional da energia elétrica.

### Política contábil

Os instrumentos financeiros podem ser classificados, no reconhecimento inicial, como mensurados ao custo amortizado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado, mediante análise das características do fluxo de caixa contratual e do modelo de negócios da Companhia para gestão destes instrumentos financeiros. Atualmente, a Companhia não possui instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

### ***Mensurados ao custo amortizado***

Encontram-se nesta categoria os ativos financeiros que (i) são mantidos dentro do modelo de negócio da Companhia com o objetivo de receber fluxos de caixas contratuais e (ii) os termos contratuais desses ativos dão origem a fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamento de principal e juros, conforme segue:

- créditos com consumidores, revendedores e concessionários de transporte de energia;
- títulos e valores mobiliários para os quais há a intenção positiva de mantê-los até o vencimento e os seus termos contratuais originam fluxos de caixa conhecidos que constituem, exclusivamente, pagamentos de principal e juros.

Encontram-se nessa categoria os seguintes passivos financeiros:

- fornecedores;
- arrendamentos; e
- convênio de compartilhamento.

O custo amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa efetiva de juros. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

### **Estimativas e julgamentos**

#### ***Valor justo por meio do resultado***

Encontram-se nesta categoria os equivalentes de caixa e os títulos e valores mobiliários que não são classificados como custo amortizado.

As correspondentes divulgações sobre as principais premissas utilizadas nas avaliações ao valor justo são resumidas nas respectivas notas explicativas.

\* \* \* \* \*

Marco da Camino Ancona Lopez Soligo  
Diretor-Presidente

Sérgio Teixeira de Castro  
Diretor

Andrea Marques de Almeida  
Diretora

Mário Lúcio Braga  
Superintendente de Controladoria

Bruno Philipe Silvestre Rocha  
Gerente de Contabilidade Financeira e  
Participações  
Contador - CRC – MG -121.569/O-7



KPMG Auditores Independentes Ltda.  
Rua Paraíba, 550 - 12º andar - Bairro Funcionários  
30130-141 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Caixa Postal 3310 - CEP 30130-970 - Belo Horizonte/MG - Brasil  
Telefone +55 (31) 2128-5700  
kpmg.com.br

# Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

## Aos Acionistas, Conselheiros e Diretores da Cemig PCH S.A. Belo Horizonte - MG

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cemig PCH S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2024 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cemig PCH S.A. em 31 de dezembro de 2024, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

## Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

## Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025

KPMG Auditores Independentes Ltda.  
CRC SP-014428/O-6 F-MG



Samuel Alisson Epaminondas Cabral  
Contador CRC GO-018421/O-0

## **PARECER DO CONSELHO FISCAL**

Os Conselheiros Fiscais da Cemig PCH S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, examinaram o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras, referentes ao exercício findo em 31-12-2024, bem como os respectivos documentos complementares. Após apresentação feita pela Administração da Companhia e considerando, ainda, o Parecer e os esclarecimentos prestados pelos auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, opinaram favoravelmente à sua aprovação pela Assembleia Geral Ordinária, a realizar-se em 2025.

Belo Horizonte, 08 de julho de 2025.

João Alan Haddad, Conselheiro Fiscal

Arthur José Fernandez Braz, Conselheiro Fiscal

Francisco Luiz Moreira Penna, Conselheiro Fiscal